

Análise Crítica de Textos

Geográficos: Breves Notas

*Roberto Lobato Corrêa**

RESUMO

O presente ensaio visa contribuir para análise de textos científicos, particularmente geográficos. Trata-se de breves notas calcadas em parte na prática de orientação de dissertações e teses e participações em um grande número de bancas acadêmicas.

A análise crítica de textos científicos constitui-se em tarefa fundamental no âmbito da vida acadêmica. Por seu intermédio avalia-se a natureza e o significado dos trabalhos científicos, considerando os caminhos trilhados pelos pesquisadores e a importância dos resultados e das novas questões que emergiram. A análise crítica não é nunca a última palavra, mas uma interpretação efetivada por um indivíduo e num dado momento. Pode e deve ser refeita sempre.

A análise crítica de um texto geográfico constitui parte integrante da análise crítica de textos científicos, compartilhando procedimentos comuns e, ao mesmo tempo, tendo a preocupação de estar realizando uma leitura geográfica crítica. Assim, torna-se necessário que na análise crítica de textos geográficos sejam considerados:

- (a) a base epistemológica que alicerça o texto;
- (b) os procedimentos operacionais com os quais o mundo real é analisado ou em relação a ele pretende-se intervir; e
- (c) o enquadramento no âmbito de uma ou mais possibilidades de se realizar uma análise

PALAVRAS-CHAVE

*Análise crítica de textos geográficos;
Aspectos formais de um texto científico;
Análise do conteúdo de textos científicos.*

geográfica, isto pressupondo o domínio da história do pensamento geográfico e das teorias associadas, assim como o domínio das referências teóricas vinculadas ao tema específico do texto sob análise.

Consistência epistemológica, adequação operacional e pertinência geográfica estão, em realidade, integrados e este é o ponto central, mais importante, que uma análise crítica de um texto geográfico deve considerar.

A análise crítica de um texto geográfico, um artigo, monografia de conclusão de curso de graduação, dissertação de mestrado, tese de doutorado ou o que for, pressupõe, de um lado, seguir um conjunto de regras e seqüências de análise e, de outro, uma interpretação mais solta, que vem da imaginação geográfica do crítico e de sua experiência.

Os aspectos formais e aqueles relativos ao conteúdo podem ser separados no processo de análise crítica, em virtude de não haver, em princípio, uma conexão entre ambos, ainda que suas fronteiras possam ser tênues.

ASPECTOS FORMAIS

A produção de um texto geográfico implica na aplicação de regras formais, as quais têm a função de permitir a adequação às normas lingüísticas e aos modelos de apresentação e representação de informações (notas, bibliografia, mapas, quadros, tabelas, fotos, esquemas gráficos, anexos, etc.). Esta adequação, por sua vez, parte integrante dos modelos de produção científica, é entendida como viabilizadora de comunicação fácil, a qual pressupõe uma clareza formal. Inúmeros manuais designados de “metodologia da pesquisa” ou de “como redigir um texto científico”, descrevem essas regras formais. Por outro lado, instituições de fomento à pesquisa e as Universidades têm seus modelos, completos ou não, de elaboração de textos. Vejamos isto com um pouco mais de detalhes.

(A) AS PARTES DE UM TEXTO

Um texto pode estar dividido em capítulos, subcapítulos – uma divisão usual e simples – itens e sub-itens. Cada uma destas partes deve estar nitidamente evidenciada e distinta no texto, por intermédio do tamanho das letras e do número de dígitos que a identifica e a designa. Isto facilita a compreensão do texto e a sua ausência pode criar sérias dificuldades para o entendimento do texto.

Veja-se o exemplo abaixo que, independentemente das normas técnicas adotadas, possibilita a identificação e designação das partes de um texto.

I – AREDE URBANA DO SUDESTE – Capítulo
1 – A Rede Urbana do Sudeste – Subcapítulo
1.1 - A rede urbana do Sudeste – item
(a) - a rede urbana do Sudeste – sub-item

Há uma nítida relação entre forma e importância hierárquica das partes de um texto, como se procurou indicar no exemplo acima.

Ressalte-se que na subdivisão de uma dada parte de um texto é conveniente lembrar que é necessário haver pelo menos duas subpartes. Assim o subcapítulo 2, por exemplo, ao ser subdividido, deverá tê-lo em 2.1 e 2.2 ou mais itens, porém nunca apenas em 2.1, que não caracteriza uma subdivisão.

(B) REDAÇÃO

A análise de inúmeros textos, entre eles dissertações e teses, tem revelado que não é raro encontrar-se inúmeros problemas. Pontuação, particularmente vírgulas e dois pontos, são, muito comumente, mal colocados. Muitos textos apresentam termos coloquiais (p. ex.: montar uma tabela, pegar os dados). É comum o uso inadequado de palavra como o abusivo uso de onde em vez de no qual. O uso, também abusivo e irritante do termo questão, que ora significa objeto, ora um questionamento, ora se transforma em vício de linguagem, totalmente inútil, é outro exemplo corrente do emprego inadequado de termos. Concordâncias mal feitas não são estranhas em muitos textos.

Não se trata de realizar uma análise crítica considerando o estilo do autor, mas de se ver se o texto está correto. Parágrafos curtos, com 3 ou 4 linhas evidenciam uma dificuldade de articulação das idéias. Por outro lado, é preciso saber quando se deve criar um novo parágrafo ou um ponto ou ainda ponto e vírgula.

Em resumo, uma boa e correta redação é parte integrante de um bom texto.

(C) MAPAS

Um trabalho geográfico pode ter, e deve, inúmeros mapas, pois estes são representações, socialmente construídas, da espacialidade dos nossos objetos de investigação. Os seguintes pontos devem ser considerados:

i – Evitar reproduzir mapas já prontos, realizados com propósitos distintos daqueles do autor do texto sob análise;

- ii – Elaborados pelo autor, sejam desenhados com papel vegetal e nanquim, seja por intermédio de softwares (lamentavelmente perde-se a habilidade de elaboração própria dos mapas), os mapas devem estar estreitamente conectados ao texto, não se constituindo em meras ilustrações, muitas vezes colocados em anexo.
- iii – Os mapas devem apresentar escala gráfica, jamais escala numérica que, ao se reduzir ou ampliar o mapa, não acompanha a transformação realizada, alterando a relação entre objeto e suas relações espaciais.
- iv – Título e legenda devem ser claros e concisos. As fontes, autoria e ano de referência devem estar presentes.
- v – As convenções devem ser pertinentes às informações que se deseja passar. É preciso ter muita atenção para não se produzir mapas com excesso de informações, reproduzindo literalmente as informações contidas em tabelas e quadros: Um mapa é um modelo, uma representação que descreve (e não explica) certos aspectos da realidade. Por ser uma interpretação é possível se elaborar mapas esquemáticos, mapas elaborados com dados qualitativos a partir de nossas leituras da realidade e da leitura de terceiros. Os mapas qualitativos resultam, com frequência, da imaginação geográfica do autor.
- vi – Atenção especial deve ser tomada em relação às coropletas e hachuras adotadas. Muitos mapas a cores transformam-se em verdadeiras “portas de tinturaria”, apresentando, por exemplo, as cores verde, amarelo e vermelho, deixando de lado a idéia de uma gradação de cores, isto é, uma gama de cor. A mesma coisa deve ser considerada em relação às hachuras, que devem representar nitidamente a variação da intensidade com que o nosso objeto de investigação apresenta a partir de nossas leituras.
- vii – Finalmente, chama-se a atenção ao fato do mapa constituir-se em um meio no qual a leitura deve ser imediata. A clareza; essa forma de gentileza, como diz o filósofo, é fundamental na elaboração de mapas.

(D) TABELAS, QUADROS E FOTOS

Estas figuras devem ser precisas, objetivas e claras. Os seguintes pontos devem ser observados:

- i – Em relação às tabelas e quadros há que se ter uma clara distinção entre eles. A tabela apresenta menor número de tipos de informação, isto é, duas ou três informações dispostas em duas ou três colunas, enquanto o quadro apresenta um número maior de tipos de informação.
- ii – Tabelas e quadros que ocupem mais de uma página devem ser colocadas em anexo, de forma a não tornar o texto pesado.
- iii – Título, subtítulos, fontes e anos de referência devem estar claros e nitidamente identificados.
- iv – As fotos, que constituem elementos muito importantes em um trabalho geográfico, às vezes comunicando mais facilmente uma idéia que um longo texto, devem ser nítidas e de tamanho que permita a sua exploração visual. Devem conter um texto que as descrevam, a localização, data e autoria: As fotos aéreas e imagens de satélite e radar devem ser vistas da mesma maneira.

(E) BIBLIOGRAFIA

A bibliografia assume papel crucial em um texto científico. Ao conter referências teórico-metodológicas e informações empíricas, são incorporadas na relação entre o pesquisador e o objeto de conhecimento. Sem ela essa relação não pode existir, pois o processo de produção de um conhecimento científico é, efetivamente, um processo, um movimento profundamente marcado pelo o que já foi produzido. Atenção particular deve ser dada à bibliografia, considerando-se, entre outros, os seguintes pontos:

- i – Autor citado no texto deve constar da bibliografia e autor citado na bibliografia deve estar presente no texto.

ii – Evitar o uso, às vezes, de forma abusiva, do apud, isto é, a apropriação das idéias de um autor por intermédio de um terceiro. As possibilidades de acesso à bibliografia são crescentes e um esforço nesse sentido deve ser feito. Em relação a esta questão deve-se estar atento ao uso de artifícios, nos quais as idéias de um autor são apropriadas por intermédio da leitura de um terceiro autor: em vez de se adotar o apud, cita-se aquele autor como se ele tivesse sido lido. Ampliasse, assim, a bibliografia a partir de um ou dois autores que fizeram longas revisões bibliográficas. Em muitos casos isto é muito bem feito e não se percebe o engodo, mas em outros equívocos são cometidos porque o autor cujas idéias foram indevidamente apropriadas, não foi lido e as idéias que nos apropriamos são, em realidade, as idéias daquele autor que fez a revisão crítica.

iii – Evitar a todo custo o uso de formas íntimas de referência bibliográfica. Vejam os exemplos: “...segundo João as características...”; “...de acordo com Carlos o processo...”; “...na afirmativa da Lucinha constata-se...”. Lamentavelmente escorregões como estes não são incomuns entre nós. O último sobrenome, como se sabe, é aquele que se usa para referência bibliográfica.

iii – Numerosas e longas notas, em pé-de-página ou ao final do texto, conforme as normas adotadas, devem ser evitadas. Se o assunto for muito importante não deve ser transformado em nota, mas ser integrado ao corpo do trabalho. Numerosas e longas notas não facilitam a leitura do texto, quebrando o raciocínio. Não devem ser utilizadas para se demonstrar erudição.

iv – As citações textuais, sempre indicadas com referência do autor, ano e página, não devem ser nem longas nem numerosas. Em situações limites algumas citações textuais podem situar-se em anexo. São preferíveis, via de regra, citações curtas, com teor de argumentação e não de conclusão, e o uso de paráfrases sobre as idéias de um dado autor, seguidas de um comentário a respeito.

v – A produção geográfica é muito maior do que se pensa e da qual se tem acesso. Os geógrafos já abordaram um número enorme de temas e têm ampliado suas temáticas. Suas contribuições são

crescentes e têm justificado aquilo que se denomina de “spatial turn” nas ciências sociais. Atenção deve ser dada à importância de textos de geógrafos no conjunto da bibliografia. Se há geógrafos que abordaram temáticas que não-geógrafos abordaram, por que os primeiros estão ausentes? Por não se saber de sua existência em razão da pobreza das bibliotecas em termos de acervo e porque há traduções de não-geógrafos com relativa abundância, tornando o acesso mais fácil?

A análise da bibliografia nos encaminha para a análise crítica do conteúdo, já contido, em parte, na discussão anterior.

(F) ANEXOS

Ao final de um texto é comum encontrar-se anexos. Em muitos casos são imprescindíveis, cumprindo três funções. A primeira a de apresentar as informações numéricas e documentos que serviram de base para o estudo, realizando a função de demonstrar em que material empírico ou interpretativo o trabalho se apoia. Por serem amplos, extensos, ricos em detalhes, foram localizados em anexos. A segunda função é a de permitir que outros pesquisadores refaçam o trabalho feito, adotando outras bases teóricas e produzindo outros resultados. A terceira função é a de ser um banco de dados para o futuro. Apesar da capacidade crescente de armazenamento de informações, há dificuldades em acessá-las, incluindo aquelas de se adotar a estratégia de atualização constante das informações, “deletando-se” as antigas. Prova documental, exposição a possíveis críticas e oferta para novas interpretações e, finalmente, banco de dados para o futuro, eis as funções de amplos, ricos e generosos anexos.

ASPECTOS RELATIVOS AO CONTEÚDO _____

A análise crítica dos aspectos formais raramente implica na rejeição de um texto. A reformulação das tabelas, a reelaboração de mapas, enquadrando-os nas normas cartográficas,

a introdução de legendas nas fotos e a obediência às normas de referência bibliográfica constituem sugestões ou imposições a serem cumpridas. A entrega do texto a um revisor para consertar as incorreções gramaticais é outra sugestão ou imposição. O mesmo, no entanto, não ocorre quando da análise do conteúdo de uma monografia, dissertação de mestrado, tese de doutorado ou um artigo submetido à avaliação para publicação. Rejeitam-se textos em razão de inúmeras inconsistências conceituais, teóricas, operacionais, de articulação interna e relativas aos resultados e conclusões. Rejeitar o texto ou impor uma reformulação radical é o resultado da análise crítica de um texto cujo conteúdo é bastante inconsistente, com problemas de diversas ordens.

Dois pontos devem ser ressaltados antes de se prosseguir:

- i – Na análise do conteúdo devem ser ressaltados tanto os aspectos positivos como os negativos. A contribuição ao conhecimento do tema, o avanço que se deu com base em novas descobertas ou novas interpretações sobre um dado aspecto do mundo real, a indicação de uma solução para um problema social, a consistência interna, a clareza e o acerto em relação às normas de representação e bibliográficas devem ser ressaltadas. Afinal é, ainda que não exclusivamente, a partir da positividade de um trabalho que se processa o avanço do conhecimento científico.
- ii – O analista não precisa concordar com a perspectiva epistemológica expressa no texto sob análise. Se houvesse pleno acordo por parte de uma comissão avaliadora de um texto, como em uma banca de doutorado, o debate seria minimizado. Um bom analista deve poder avaliar qualquer texto, independente da sua posição. O que importa é a consistência interna do texto ou as transgressões bem conduzidas, explicitadas, conscientes e que não agridam a inteligência do analista e a inteligibilidade do mundo real.

Nesse sentido, uma interpretação marxista dos “factor scores” de uma análise fatorial pode não ser um equívoco ou uma inconsistência.

Os pontos abaixo devem ser considerados, pois abordam o conteúdo em uma perspectiva geral.

- i – A consistência interna do texto, isto é, a lógica que articula problemática, questionamentos, operacionalização e resultados.
- ii – As relações entre base teórica, problemática e os questionamentos.
- iii – A pertinência das informações consideradas e o seu uso.
- iv – A pertinência dos procedimentos operacionais adotados; e
- v – A adequação dos resultados aos procedimentos operacionais.

Os pontos que se seguem permitem um maior aprofundamento da análise crítica do conteúdo de um texto.

(A) O “VAREJO”

Na análise crítica do conteúdo um aspecto importante diz respeito à atenção aos pequenos, às vezes grandes, erros relativos às datas, nomes de lugares e indivíduos ou instituições e conceitos geográficos, muitos dos quais de uso corrente. São erros na escala do varejo que, na maioria dos casos não comprometem decisivamente o texto. Mas nem por isso devem ser deixados de lado. Em situações limites, contudo, esses erros prejudicam o texto, podendo transformá-lo em algo hilário. Em caso de controvérsias relativas a datas e nomes, estes devem ser apontados e justificadas as escolhas feitas ou a aceitação da controvérsia e a indicação de duas ou mais datas ou nomes.

(B) A PROBLEMÁTICA

Um trabalho científico versa sobre um objeto construído, isto é, um segmento do mundo real, que não se reduz ao mundo material, que é

nitidamente identificado e problematizado. Um objeto construído não é, assim, um dado segmento do mundo real em sua pretensa completude empirista, mas um objeto identificado e problematizado. Identificação e problematização devem estar consistentemente articulados e em última instância advém de nossa visão de mundo.

A identificação refere-se ao ato de destacar o objeto do mundo real, indicando a sua relativa autonomia de existência. Não o isola do mundo real, pois cada objeto tem, simultaneamente, características que lhe são próprias, singulares, e características gerais, parte integrante de um tipo ou classe, particulares, e pertencentes a um dado universo, universais. As características singulares, particulares e universais estão co-presentes em cada objeto que, assim, é apenas intelectualmente destacado, nunca isolado, do mundo real. Reconhecer isto é já começar a construir um objeto de conhecimento. Este objeto é o ponto de partida para a pesquisa. Mas é também um meio para a inteligibilidade do mundo real. A pesquisa deve, assim, ao final, produzir um conhecimento que transcenda ao objeto.

A identificação do objeto implica em três recortes que devem estar consistentemente articulados entre si. São os recortes temático, espacial e temporal. O recorte temático diz respeito ao tema escolhido. Deve ser nitidamente delineado. Exemplos são a atividade industrial, o comércio varejista, o habitat rural, um autor e a sua obra, um ritual devocional, uma paisagem, uma prática espacial, um dado processo, etc. O recorte temático tem, via de regra, uma relação com o domínio de um dado tema da geografia, mas não há limites para a eleição desses temas. A imaginação geográfica age criativamente.

O recorte espacial, crucial para o geógrafo, mas não exclusivo dele, diz respeito aos limites do espaço a ser estudado e onde localiza-se o tema selecionado: um bairro, uma cidade, a rede urbana, uma sub-região, uma região, uma macro-região, um país. Há, assim, uma nítida relação com a escala cartográfica e conceitual. O recorte espacial

significa a aderência a uma dada problemática, não se tratando de uma escolha arbitrária.

O recorte temporal, por sua vez, refere-se ao momento do tempo no qual situam-se o nosso tema espacialmente recortado. Trata-se do presente, identificado por certas características ou processos comuns? Qual a espessura do tempo a ser considerado? Trata-se do passado, de uma seção do passado? O recorte temporal é fundamental porque delimita e contextualiza o objeto de estudo. Os tempos aquém e além do recorte temporal selecionado não constituem parte integrante do objeto construído, sendo elementos que, entretanto, contribuem para tornar inteligível o objeto temático, espacial e temporalmente recortado.

Os três recortes acima sumariamente indicados respondem às questões gerais o que?, onde? e quando? Estas questões devem estar consistentes entre si. Mas, no entanto, não são suficientes para se ter um objeto construído. É necessário que se introduza outra questão, por quê? Esta questão constitui-se no cerne da problemática e confere força e coesão às outras três questões. As quatro questões juntas dão origem àquelas divisões usualmente encontradas em projetos e textos prontos denominadas de objetivos e justificativas. No plano formal, contudo, essas divisões não são imprescindíveis.

Um texto sem uma clara e lógica problemática não tem um claro e nítido objeto construído a ser investigado. Este é o pecado capital de uma monografia, dissertação de mestrado ou tese de doutorado. O texto assim produzido está aberto para qualquer questionamento, pois não tem limites à investigação, podendo se perder em um mar de empíria ou situar-se nos limites de questões não articuladas, desconexas e também sujeitas a qualquer questionamento.

Como se estabelece uma problemática? Em primeiro lugar, ela é estabelecida em consonância com os recortes temático, espacial e temporal, pois a problemática não teria sentido fora de uma inserção temática e espaço-temporalmente

qualificada. Sem tema, espaço e tempo nada há a ser problematizado quando se realiza uma pesquisa em que o objeto construído advém do mundo real. Em segundo lugar, se a problemática é a vértebra da pesquisa científica e se a ciência tem como alicerce a teoria, na problemática a teoria deve estar presente. Os seguintes pontos devem ser considerados ao se elaborar uma problemática.

- i – O tema, espaço-temporalmente qualificado, advém de uma inovação recente e não há reflexões teóricas a seu respeito.
- ii – A teoria adotada é considerada ultrapassada em razão do próprio movimento da sociedade, produzindo novos processos e formas; novas reflexões teóricas parecem se impor.
- iii – O tema tem sido abordado a partir de duas ou mais teorias conflitantes ou percebidas como complementares, tendo sido julgado útil avaliar ou verificar qual delas é mais relevante ou atende à ampliação do conhecimento sobre o tema em questão.

As considerações feitas sobre a problemática nos remetem a outro item a ser criticamente analisado. Trata-se daquilo que usualmente é denominado de revisão teórica ou bibliográfica.

(C) A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica, que inclui tanto o resgate do debate teórico, com a participação do próprio autor do texto, como as contribuições contidas em outros estudos, é parte integrante do processo de produção de conhecimento científico. Diálogo e avaliação são as palavras-chaves da revisão bibliográfica. Mas isto não implica necessariamente na existência de um capítulo, às vezes relativamente longo e enfadonho, inserido na monografia, dissertação ou tese. Um bom texto não necessita ter esse capítulo. A revisão bibliográfica pode estar presente na construção do objeto de

conhecimento, isto é, na problemática, nos questionamentos e na própria análise empírica. Distribui-se, portanto, por dois ou três capítulos do texto, sem ter existência formal. Mas isto pressupõe um sólido domínio da bibliografia e da teoria e de seu papel na problemática. A revisão bibliográfica não é uma exigência formal, mas uma necessidade na elaboração de um texto científico. A maioria dos textos contém um explícito capítulo de revisão bibliográfica. Sendo assim, no entanto, é importante que se considere, entre outros, os seguintes pontos.

- i – A pertinência da teoria ao objeto de conhecimento, isto é, a um dado tema espaço-temporalmente identificado e problematizado; isto pressupõe um pré-conhecimento do tema e a posse de uma significativa bagagem teórica; teorias inadequadas apenas perturbam o texto.
- ii – A pertinência inclui também a relação entre teoria e escala; uma macro-teoria contribui para temas amplos em termos conceituais e espaciais. Marx, Lefévre e Hoyt têm contribuições que estão associadas a escalas distintas.
- iii – Deve-se evitar o modelo, adotado com alguma frequência, de se transformar a revisão bibliográfica em uma colagem de autores e suas reflexões teóricas. O exemplo abaixo, pobre e sem maior utilidade, ilustra o fato:

Para X o espaço caracteriza-se por ser

Para Y o espaço é considerado como

Para Z, por sua vez, o espaço passa a ser visto como

No exemplo hipotético não existe um fio condutor da discussão teórica. Cumpre-se uma formalidade que poderá servir para outros pesquisadores, preguiçosos é o mínimo que deles se diria, parafrasearem o texto e continuar incorrendo no mesmo erro.

(D) OS QUESTIONAMENTOS

É a partir da problemática que emergem os questionamentos. São eles aquelas interrogações situadas entre o objeto de conhecimento, objeto construído, ressalta-se, e a operacionalização. Esta não pode ser efetivada sem os questionamentos. Estes, por sua vez, estabelecem a ponte entre a problemática e a operacionalização.

Os questionamentos são, assim, construídos e apresentam um forte vínculo com a teoria. Não podem ser inventados, sendo parte integrante do processo de construção do conhecimento científico. Isto significa que cada questionamento, interrogante ou questão, não aparece gratuitamente em um texto. Por mais que uma dada questão seja interessante, enriquecedora e relevante, deve estar nitidamente submetida à problemática.

Uma única questão, a denominada questão central, é suficiente para se realizar um texto bem conduzido. Duas ou mais questões centrais tendem a tornar o trabalho do pesquisador mais árduo, criando o risco dele responde-las superficialmente. Sugere-se que haja apenas uma única questão central, a qual será subdividida em subquestões, dela derivadas. Em outros termos, as subquestões devem ser complementares entre si e juntas respondem à questão central. Ressalta-se que as subquestões são complementares e não suplementares à questão central. A natureza suplementar transformaria a subquestão em outra questão central.

Os seguintes pontos devem ser observados ao se analisar um texto geográfico.

i – A questão central deve ser necessariamente de natureza geográfica, pois é nesse momento que é definido de modo objetivo a natureza geográfica de uma pesquisa; o espaço, a paisagem, a região, o território e o lugar, envolvendo fixos e fluxos, percepções, intenções, comportamentos, práticas e significados, devem estar no cerne da questão central.

- ii – As subquestões não podem ser numerosas, pois incorrer-se-ia no risco de se tornar a pesquisa inexequível, fragmentada em inúmeros tópicos, denotando uma dificuldade em construir a problemática e a pretensão em abarcar inúmeros ângulos de um objeto. Três ou quatro subquestões parecem ser suficientes.
- iii – Nem todas as subquestões necessitam ser de natureza geográfica, mas algumas deverão ser sob pena de não se responder à questão central, pois esta é respondida por intermédio das subquestões.
- iv – Algumas subquestões podem levar o pesquisador à necessidade de considerar outras teorias, de caráter secundário nesse trabalho específico; o momento de apresentá-las, e porventura discuti-las, é aquele dos questionamentos.
- v – Se em um trabalho um questionamento tem o estatuto de questão central, em outro pode tornar-se uma subquestão; inversamente, uma subquestão pode tornar-se questão central, pois a questão central e as subquestões são construções derivadas da problemática, esta sendo também construída.
- vi – Vejamos alguns hipotéticos exemplos de questões centrais e/ou subquestões:
 - como se caracteriza a rede urbana mineira na década de 1920?
 - qual o papel de Belo Horizonte na rede urbana mineira em 1920?
 - qual o papel dos centros regionais em Minas Gerais em 1920?
 - quais os significados da paisagem do centro da cidade X para os seus habitantes?
 - qual o significado da paisagem do centro da cidade X para os habitantes dos bairros pobres da periferia?
 - qual a leitura geográfica que o romancista Y fez da região R?
 - como o romancista Y interpretou a dinâmica regional da região R?

Os questionamentos podem dar origem a hipóteses, mas isto pressupõe uma base teórica mais consolidada e a aceitação da lógica da verificação. No presente texto privilegiamos a lógica da descoberta, tendo possíveis hipóteses um papel muito secundário. A posição adotada procura, assim, distanciar-se das formulações hipotético-dedutivas e suas implicações metodológicas. Mas reconhece-se que esse é um caminho trilhado por muitos pesquisadores, tendo a sua própria lógica.

(E) A OPERACIONALIZAÇÃO

A operacionalização está associada à questão como?, isto é, de que modos serão respondidos os questionamentos formulados: a partir de dados estatísticos e uso de técnicas quantitativas, de documentos oficiais, de entrevistas, de imagens de satélite, etc. Tabelas, quadros, mapas temáticos, textos discursivos, fotos, esquemas gráficos, etc. são produtos parciais do processo de operacionalização. As fontes e os procedimentos são numerosos e devem ser cuidadosamente avaliados antes de serem adotados. Mas em princípio não há restrição a nenhuma possibilidade de operacionalização.

O presente texto não é um manual com avaliação dessas inúmeras possibilidades de operacionalização. Serão discutidos, no entanto, alguns pontos que julgamos fundamentais quando da avaliação de um texto geográfico.

i – Deve haver uma compatibilidade entre as informações, qualitativas e quantitativas, e os questionamentos formulados; este é um ponto crucial e sua não efetivação gera uma grave inconsistência capaz de desqualificar o trabalho; nesse sentido, a seleção de indicadores, como renda, e variáveis, como o número de pessoas com renda superior a 5 salários mínimos, só deve ser feita após a definição da problemática e dos questionamentos, o mesmo sendo válido para a seleção dos informantes e das perguntas que lhe serão formuladas.

ii – O mesmo cuidado é necessário ao se selecionar uma técnica estatística ou um modelo de representação cartográfica; há uma adequação entre essa seleção, a natureza das informações, o número de unidades observacionais e a escala espacial considerada?; este ponto implica na necessidade de uma boa formação geográfica por parte do analista, assim como do autor do texto.

iii – A qualidade intrínseca das informações deve ser também considerada; é ela confiável? é ela capaz de descrever aquilo que anuncia ou pretende? este ponto, independente dos anteriores, deve ser cuidadosamente considerado, pois pode gerar como consequência sérias limitações na interpretação dos resultados e, no limite, pode levar a uma mudança na própria direção da pesquisa ou invalidá-la.

(F) OS RESULTADOS: DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Os resultados correspondem, usualmente, à maior parte de um trabalho científico. É aí que o pesquisador pode, efetivamente, dar a sua contribuição a um específico campo de conhecimento. Por isso os capítulos em que os resultados são analisados e interpretados são cruciais e devem ser cuidadosamente avaliados. Os seguintes pontos devem ser observados:

i – Os resultados são consistentes com os questionamentos, isto é, respondem de modo geral à questão central e, de modo particular, a cada uma das subquestões? a consistência da resposta advém da lógica que articula problemática, questionamentos e operacionalização.

ii – Os resultados devem ser descritos e interpretados. Estas duas tarefas são inseparáveis, pois toda descrição é seletiva, uma interpretação, e esta pressupõe a descrição, o apontar dos resultados; ambas, descrição e interpretação, devem estar teoricamente alicerçadas, não mimeticamente, pois os

resultados podem negar, total ou parcialmente as bases teóricas, mas isto só é possível a partir de uma base teórica; descrições cronologicamente constituídas podem denotar a ausência de um objeto construído.

- iii – Os resultados são interpretados à luz de concepções explicativas ou ligadas à compreensão, já contidas na problemática e nos questionamentos; como estes foram selecionados de acordo com a nossa visão de mundo, os resultados constituem uma resposta do autor a uma problemática construída por ele.
- iv – Os resultados contribuem efetivamente para um conhecimento novo? qual a percepção do autor do texto face a isto?
- v – Qual a teia de conexões que os resultados possibilitam e como o autor do texto lidou com essa possibilidade? limitou-se aos resultados imediatos ou ampliou as conexões, estabelecendo novas possibilidades de investigação? o autor ultrapassou os limites de possíveis inferências e assim cortou o elo que articula todo o texto?

(G) AS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última parte do conteúdo de um texto é designada de conclusões ou considerações finais. Preferimos esta última designação por ser mais abrangente e por conter as conclusões. Qualquer que seja a designação adotada, entretanto, um bom encerramento de um trabalho deve conter três partes não formalizadas em itens.

A primeira diz respeito a uma descrição sintética dos resultados, recapitulando-os brevemente, de modo a oferecer ao leitor um sumário dos resultados a que se chegou, dando início às considerações finais. Ressalte-se que os resultados devem ser aqueles a que a pesquisa chegou. Possíveis inferências devem estar localizadas, sobretudo na análise e, sobretudo, na interpretação dos resultados.

A descrição sumária dos resultados, que não são as conclusões, encaminham o leitor crítico

aquilo que pode efetivamente ser denominado de conclusões. Em outros termos, os resultados devem ser relacionados à problemática e aos questionamentos dela derivados e teoricamente alicerçados. Trata-se de um retorno às origens do processo de pesquisa, àquelas incitações que levaram o pesquisador a realizar a investigação. Este é o ponto alto das considerações finais. A sua ausência denuncia a falta de uma problemática, de um objeto de conhecimento construído, problematizado. Para suprir essa ausência o pesquisador, de modo muito corrente, amplia demasiadamente a descrição dos resultados, repetindo-os como se fossem, eles próprios, o objetivo final da pesquisa. As chamadas conclusões, assim feitas, tornam-se desinteressantes e cumprem apenas um papel formal.

Os resultados e as conclusões propriamente ditas, não devem encerrar, no entanto, um trabalho. Nem todas as questões formuladas foram, no todo ou em parte respondidas. As inferências feitas podem se transformar em novas questões ou hipóteses. E, finalmente, no processo de pesquisa surgiram novas questões e resultados não esperados apareceram. Em resumo, o processo de conhecimento daquele tema espaço-temporalmente localizado, não se esgotou. Continua, não apenas pelo próprio pesquisador, mas também por outros que se interessam pelo tema. Isto significa dizer que um bom texto deve encerrar-se com novas questões. Estas são uma ponte entre o que já foi produzido, o texto sob análise, e o que provavelmente será produzido. Uma ponte entre um passado recente, ou um presente de certa espessura, e o futuro. O texto, cujo conteúdo se analisou é, neste sentido, um ponto, um momento no infindável processo de produção de conhecimento geográfico.

PARA CONCLUIR, REFAZER OU INICIAR

O presente texto procurou contribuir para a análise crítica de textos científicos, particularmente geográficos. Trata-se de breves notas

calçadas em parte na prática de orientação de dissertações e teses e participação em um grande número de bancas acadêmicas.

O texto pode ser utilizado tanto para avaliar textos acadêmicos, como para a elaboração de nossos próprios textos. Não prescinde da necessidade de leitura e discussão de outros textos, mais amplos, densos e completos. É com outras visões sobre análise crítica e elaboração de textos científicos. Mas um passo foi dado na infundável trajetória de produzir conhecimento sobre como o conhecimento é produzido e avaliado. Nesse sentido, concluir, refazer e iniciar são partes integrantes da trajetória.

NOTAS _____

- * Professor do Departamento de Geografia – UFRJ. Entregue para publicação em junho de 2003. Aceito para publicação em julho de 2003.

ABSTRACT

This essay presents a contribution to the critical analysis of scientific texts, mainly geographic ones. It shows initial notes based on the long experience of many theses

orientations and examinations by the author.
KEYWORDS

*Critical analysis of geographical texts;
Formal aspects of scientific texts; Content
analysis of scientific texts.*